

Riscos da recessão 01 ABR 1992

P1

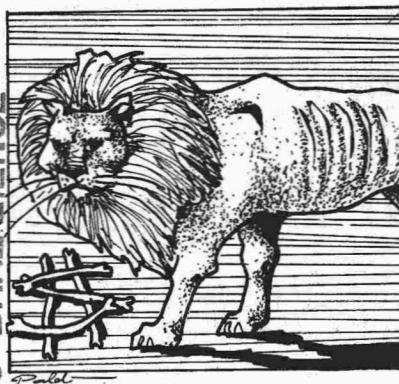
Paulo Mandarino

A recessão prolongada, que vem comprometendo a atividade econômica e ceifando milhares de empregos em todo o País, ameaça se voltar contra a própria União, particularmente seus programas sociais, caso não sejam tomadas urgentes medidas pelo Governo para a retomada do crescimento econômico. Estudos realizados sobre o desempenho da receita fiscal demonstram que a arrecadação da União registrou uma queda de cerca de 20 por cento em 1991, em relação ao ano anterior, alcançando um total de Cr\$ 15 trilhões, o equivalente a nove por cento do PIB.

Somente com Imposto de Renda a perda foi da ordem de quase 23 por cento, além de 80 por cento de perda com a contribuição sobre a produção de açúcar e álcool, 48 por cento com contribuição social sobre lucro líquido das empresas, 68 por cento com Imposto sobre Exportações e 9,5 com Imposto sobre Produtos Industrializados. As perdas com a desindexação de receitas foram estimadas em Cr\$ 2 trilhões que, somados aos Cr\$ 900 bilhões que deixaram de ser recolhidos pelas empresas com relação ao Finsocial, causaram uma situação irreparável ao Tesouro Nacional.

Além de comprometer o desempenho do Governo, essa perda de

CORREIO BRAZILIENSE



receitas afeta particularmente os programas sociais, já que as despesas de custeio da máquina administrativa federal e relativas a outros compromissos da União dificilmente são postergadas. Com isso, cada parcela que o Tesouro deixa de arrecadar, juntamente com o FGTS e a Previdência Social, significando menos obras sociais nas áreas de habitação, saneamento básico, infra-estrutura urbana, saúde e educação, geralmente as primeiras a serem suspensas quando falta dinheiro em caixa.

O mais grave é que, a exemplo da agricultura, as obras sociais são as que mais contribuem com a geração de novos empregos para a mão-de-obra não qualificada e num momento em que o País mais precisa de reativar essa atividade econômica para propiciar ocupação para mi-

lhões de trabalhadores do setor de construção civil.

Embora o Governo aposte na queda da inflação, nos próximos meses, para propiciar a retomada da atividade econômica, os programas sociais já não podem permanecer à mercê do resultado de políticas de longo prazo e das perdas continuadas de receita. Urge que se busquem alternativas de recursos para a manutenção desses programas, sob pena de se comprometer ainda mais a política de geração de emprego e a própria qualidade de vida das populações carentes, que são as que mais sofrem com as péssimas condições de moradia, de infra-estrutura urbana e de saneamento básico.

Cabe ao Congresso Nacional, nessa difícil caminhada do País em busca do seu futuro, propor alternativas e sugestões ao Governo para auxiliá-lo na luta pela superação de dificuldades. O que não podemos é permanecer inertes diante de um preocupante quadro sócio-econômico, sem nada somarmos de positivo neste processo de transformação do País, que tem uma pesada dívida social para com milhões de trabalhadores que vivem em estado de crônica miséria, apesar de terem contribuído para a construção da potência econômica que é o Brasil.

■ Paulo Mandarino é deputado pelo PDC de Goiás